

## A MORTE DO TRABALHO OU O DESENCANTO DA *INTELLIGENTSIA*?

LUCIO FERNANDO OLIVER COSTILLA

RESUMO

O artigo analisa as teses principais do "Manifesto contra o trabalho", do grupo Krisis, veiculado em 2003. Começando por reconhecer a importância de uma reflexão renovada sobre o papel do trabalho e dos trabalhadores na sociedade atual, o autor faz a crítica dos argumentos sobre o fim do trabalho, do Estado e da política, assim como da opção antipolítica. Particular atenção recebe, no artigo, a discussão sobre o trabalho abstrato como eixo da alienação social e como princípio abstrato de domínio nas relações sociais. O autor considera que, mais que uma mudança radical de teoria, o mundo hoje está precisando aprofundar o conhecimento das características sócio-culturais e políticas do mundo do trabalho.

ABSTRACT – THE END OF WORK OR DISENCANTMENT  
OF THE *INTELLIGENTSIA*?

The article analyzes the main thesis about "The Manifest against Work", that appeared in 2003, of the Krisis' Group. Recognizing the importance of the renewed reflection about the role of the work and of the workers in the society nowadays, the author criticizes the arguments on the end of the work, State and Politics, as well as the anti-political option. This article emphasizes the discussion about the abstract work as social alienation and as about the abstract work as a principle of domination of the social relations. The author considers that more than a radical change of theory, the world today needs to know deeply the social cultural and political characteristics of the world of the work.

\* Doutor em Sociologia pela Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM), professor titular da UNAM.

Em abril de 2003 apareceu à venda nas bancas de revista, no Brasil, em forma de jornal popular, o "*Manifesto contra o Trabalho*", do grupo crítico radical alemão "*Krisis*" (edição especial de 30 de abril). Nesses mesmos dias os jornais reiteravam as altas cifras "oficiais" de desemprego da população economicamente ativa em São Paulo: 20%; o que não era muito diferente de outras capitais da América Latina, 19% na cidade do México, e 26% em Buenos Aires.

A expectativa social expressa nas últimas eleições para presidente em alguns países da região foi a de que os novos governos – os presidentes Fox (2000), Lula (2003) e Kirschner (2003), com as suas diferenças – cumprissem suas promessas de campanha de reverter a situação, desenvolvendo projetos e políticas que gerassem empregos. Nesse contexto, se produz um fato singular: com uma ótica inversa, contrariando a mensagem explícita das reivindicações sociais, os proponentes do manifesto contra o trabalho sinalizam que na nova época, da Europa e também da América Latina, estaria colocado na ordem do dia o fim da sociedade do trabalho.

Escrevi este texto tentando refletir sobre o enigma do citado Manifesto, tendo como pano de fundo tanto a profunda crise social da Europa, como a realidade social dos países da América Latina. As

minhas reflexões estão escritas como notas críticas, sob parágrafo numerado, às idéias principais do texto analisado, forma em que coloco algumas interrogações sobre as variedades, sugerentes e inteligentes idéias dos autores do Manifesto, que expressam, sem dúvida, um estado desencantado de *espírito da intelligentsia* preocupada com o ser humano, nestes confusos e caóticos inícios do século XXI.

Antes de iniciar, chamo a atenção para um aspecto conceitual: as colocações do Manifesto tratam do pretensão

do atual trabalho moderno, industrial capitalista, e não do fim do trabalho em geral. Assim, ainda que utilizem a palavra "trabalho", o conceito equivale ao trabalho "abstrato", que é o uso indistinto da força de trabalho humano utilizada na indústria moderna, e não propõem o fim de toda atividade humana encaminhada à transformação da natureza, à produção das riquezas e da própria vida social e individual. Não entendo porque um texto que pretende definir teoricamente novas situações utiliza com leveza e sem nenhum rigor categorias centrais já consagradas no pensamento social.

§1. Uma primeira idéia do Manifesto chama muito a atenção: *a sociedade do trabalho chegou a seu fim definitivo* (p. 3). Para os au-

tores, o trabalho abstrato domina ainda, só que trata-se da dominação de um cadáver: “*Um cadáver domina a sociedade – o cadáver do trabalho*” (p. 3). Cadáver mesmo não faz nada. O trabalho abstrato tem que ser algo vivo para dominar; contudo, trata-se de uma metáfora. Esta contradição é explicada no texto da seguinte forma:

(...) a sociedade dominada pelo trabalho não passa por uma simples crise passageira, mas alcançou seu limite absoluto. A produção de riqueza desvincula-se cada vez mais, na seqüência da revolução microeletrônica do uso de força de trabalho humano numa escala que há poucas décadas só era imaginada como ficção científica. ...a sociedade nunca foi tanto sociedade do trabalho como nesta época em que o trabalho se faz supérfluo. Exatamente na sua fase terminal, o trabalho revela claramente seu poder totalitário, que não tolera outro deus ao seu lado (p. 3).

Segundo esta argumentação, o trabalho hoje se faz supérfluo devido ao fato de que o uso da força de trabalho humano desvinculou-se, cada vez mais, do processo produtivo da produção de riqueza. Na argumentação se atribui um caráter absoluto a uma tendência, visualizada como um processo sem contradições e quase terminado. Nas análises das ciências sociais convém ter maior prudência perante as tendências, pois sempre existem “contratendências” e processos sociopolíticos e culturais que mudam a orientação dos fenômenos. Existe, por exemplo, a possibilidade de acontecer uma reorientação dos processos técnicos produtivos, que absorva mão-de-obra ou uma requalificação em massa dos trabalhadores para incorporá-los aos novos processos de criação científica técnica, o que hoje não se faz pelas orientações políticas que prevalecem. E mais, numa visão crítica, a indicação sobre o trabalho que se faz supérfluo, teria, com certeza, de estar acompanhada também da velha constatação da tradição marxiana segundo a qual os donos das máquinas e da produção industrial, desde o século XIX, tam-

bém se fazem supérfluos (!), porém estão presentes e ainda definem o rumo do movimento econômico mundial: constituem uma minoria concreta de grandes proprietários privados globalizados – a mundialização do capital (Chesnais, 1996; Oliver Costilla, 1997) – que se apropriam do trabalho social das sociedades avançadas e de capitalismo médio, pelo qual o consumo das riquezas produzidas não é da sociedade toda. Não entendo porque, no Manifesto contra o trabalho, não existe nenhuma colocação sobre os donos do capital que, com certeza, pertencem também a, e se beneficiam com, a sociedade do trabalho.

§2. Os autores do Manifesto assinalam uma contradição chocante da vida moderna: o auge produtivo atual com a revolução microeletrônica e o desemprego crescente, o que se traduz em um estado de “apartheid” social:

Uma sociedade centrada no irracional abstractum trabalho desenvolve, obrigatoriamente, a tendência ao apartheid social quando o êxito da venda da mercadoria “força do trabalho” deixa de ser a regra e passa a exceção (p. 3).

O “apartheid” social na América Latina tem suas contradições e, mais que “apartheid”, o que encontramos em grande escala é a precarização do trabalho assalariado e o trabalho informal (Sotelo, 2003). Na intensa vida comercial diária das sociedades de industrialismo atrasado e médio da América Latina, e no trabalho barato das grandes montadoras e maquiladoras transnacionais, que se estabelecem na nossa região para aproveitar o baixo preço da mão-de-obra pouco qualificada, existe abundância de trabalho precarizado. Mas, falando do trabalho abstrato, será, realmente, que na América Latina seu fim provém do desemprego crescente, de que a produção de riqueza desvincula-se cada vez mais do uso de força de trabalho humano, na medida em que as “máquinas inteligentes” dominam já tal produção e poupam o uso massivo de trabalhadores não-qualificados? Ainda no sentido históri-

co universal, será real que estamos numa época do fim do trabalho abstrato? Fala-se do trabalho abstrato porque estamos numa época em que os múltiplos trabalhos particulares, concretos, podem existir e ser medidos universalmente como desgaste da força de trabalho humana abstrata. A possibilidade de igualar os trabalhos particulares numa medida comum, que é o dispêndio da força de trabalho, é um resultado da evolução social e um avanço técnico social. A abstração do trabalho permite algo importante: igualar os trabalhos na produção social em escala industrial. Será que com a revolução microeletrônica isso vai acabar? O homem não vai trabalhar mais, coletivamente, produzindo trabalho social no qual a sua individualidade possa ser medida como a contribuição de um tempo individual de uso de força de trabalho? Falar do fim do trabalho abstrato como a tendência mais significativa da nossa época é um erro, quando o problema não é tanto o trabalho abstrato em si mesmo, mas a oposição entre esse trabalho e a apropriação do seu produto pelos donos do capital, apropriação que não é social-universal, e sim social-privada, particular, dos capitalistas. Justamente a compra prévia da força de trabalho e a apropriação privada do produto são o que transforma o produto do trabalho numa mercadoria. A compra da força de trabalho faz com que o “uso” do trabalho social pertença ao capitalista, ao dono da mercadoria força de trabalho, e ele a usa para produzir um produto que também é da sua propriedade, desresponsabilizando-se da exclusão e do desemprego de milhões. Então, o problema central, mesmo, não está no trabalho abstrato, mas na apropriação privada desse trabalho abstrato. Inclusive numa hipotética situação na qual a apropriação social-universal do trabalho social pudesse existir, este poderia continuar sendo trabalho abstrato, ainda que não na forma de trabalho produtor de mercadoria, senão na qualidade de trabalho individual, que participa e contribui para com trabalho social, mas que requer uma medição da participação do trabalhador no trabalho produtivo social.

Contudo, se aceitamos que existe a tendência histórica ao fim do trabalho abstrato, tal como dizem os autores do Manifesto, principalmente em termos de extinção progressiva da contribuição do trabalho social humano na produção da riqueza social, pela revolução microeletrônica (e poderíamos acrescentar biogenética, também) que substitui os homens pelas máquinas, aí o problema é, igualmente, a persistência da propriedade privada dos meios de produção: a sociedade em conjunto não é dona da produção social efetuada pelas “máquinas inteligentes” e, conseqüentemente, não pode pôr a riqueza social à disposição de todos os seus membros. Se a sociedade toda pudesse dispor dos produtos do trabalho das “máquinas inteligentes”, o desemprego mesmo não existiria, pois a sociedade poderia entregar a cada um dos seus membros os elementos necessários para a vida, e o problema mesmo seria como permitir e canalizar uma ocupação para cada um. Com a capacidade produtiva atual é possível pensar no fim da fome e da exclusão no mundo inteiro. Medo do potencial produtivo das novas “máquinas inteligentes” só tem quem possui uma insuficiente compreensão do problema.

§3. Uma outra idéia forte dos autores do Manifesto é que a sociedade do trabalho, o direito ao trabalho e a luta pelo trabalho são uma alienação nostálgica e reacionária:

As facções antineoliberais do campo do trabalho social podem não gostar muito desta perspectiva, mas exatamente para elas está definitivamente confirmado que um ser humano sem trabalho não é um ser humano. Fixadas nostalgicamente no período pós-guerra fordista de trabalho em massa, elas não pensam em outra coisa a não ser em revitalizar os tempos passados da sociedade do trabalho. O Estado deveria endireitar o que o mercado não consegue mais (...) Esse estatismo de trabalho, agora requeitado e sem convicção, não tem a menor chance de êxito, mas continua como o ponto de referência ideológico para am-

plas camadas populacionais ameaçadas pela queda. Graças a essa total ausência de esperança, a praxis resultante é tudo menos de emancipação (p. 3).

Da anterior argumentação deriva-se que, hoje em dia, as lutas pelo direito universal ao trabalho estão erradas. A velha reivindicação da revolução francesa de 1848, direito ao trabalho para todos, estaria agonizando nos inícios do século XXI. Para os autores do texto, a luta pela sociedade de trabalho seria um erro, tanto por razões prático-empíricas (segundo eles não tem a menor chance de êxito na época da globalização, dado que o domínio das “máquinas inteligentes” poupa cada vez mais força humana de trabalho na produção), quanto por razões teóricas: lutar pelo trabalho é lutar contra a emancipação do homem, que não se consegue pelo trabalho abstrato, mas, “contra” o trabalho abstrato que submete o homem à lógica capitalista de domínio da mercadoria. Esta é uma colocação realmente surpreendente do grupo Krisis: para ele, a fórmula “trabalho para todos” é, além de inviável, reacionária. Eu me pergunto sobre o sentido “político” desta colocação: sem dúvida está orientada a afastar os desempregados e os jovens das cidades e do campo da luta pelo trabalho na indústria moderna e canalizá-los a atividades comunitárias de auto-subsistência. Mas, será que esse é o caminho para a emancipação social? É possível criar uma nova sociedade e uma forma econômica alternativa fora da luta contra o mercado? O objetivo político já não seria a transformação social, e sim, a criação de sociedades alternativas, do tipo Canudos ou Caldeirão, aproveitando o bom senso do pluralismo ocidental, sem o perigo de perseguição e destruição como no início do século XX. Esse é o caminho para a criação de uma nova sociedade de produtores livremente associados, vinculados a uma nova civilização? Será que lutar pelo trabalho é lutar contra a emancipação do homem? Os autores do Manifesto esquecem a importância histórica da organização, educação e unificação do trabalho para a emancipação do

homem, no sentido de criar trabalhadores com capacidade de se apropriar do processo produtivo social, situação que foi colocada por Marx, na sua época, da seguinte forma:

(...) O que se trata agora de expropriar não é já o operário que explora ele próprio a sua própria propriedade, mas o capitalista que explora numerosos operários. Esta expropriação efetua-se pelo jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, pela centralização dos capitais. Cada capitalista mata muitos outros. E paralelamente a esta centralização, isto é, à expropriação de muitos capitalistas por alguns, desenvolve-se, numa escala cada vez maior e mais ampla, a forma cooperativa do processo de trabalho, desenvolve-se a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração sistemática do solo, a transformação dos meios de trabalho em meios que não podem ser utilizados senão em comum, a economia de todos os meios de produção pela sua utilização como meios de produção de um trabalho social combinado, a incorporação de todos os povos na rede do mercado mundial e, por conseguinte, o carácter internacional do regime capitalista. À medida que diminui constantemente o número dos magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens deste processo de transformação, crescem no seu conjunto a miséria, a opressão, a escravidão, a degeneração, a exploração; mas também aumenta, ao mesmo tempo, a revolta da classe operária, que é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista... (Marx, 1867, cap. XXIV).

§4. Os autores do Manifesto insistem no carácter alienado do trabalho no capitalismo, com o que recuperam uma idéia básica do pensamento do jovem Marx, expressa nos seus “Manuscritos Econômicos Filosóficos”, de 1844, e hoje verdadeiramente relegada ou diminuída dentro do discurso da própria esquerda:

(...) Quem hoje ainda se pergunta pelo conteúdo, sentido ou fim de seu trabalho tor-

na-se louco ou um fator de perturbação do funcionamento em si da máquina social... A Roda tem que girar de qualquer jeito e ponto final. Pela invenção de sentido são responsáveis os departamentos de publicidade e exércitos inteiros de animadores e psicólogas de empresa, consultores de imagem e traficantes de drogas ( p. 4).

Neste ponto os autores do Manifesto estão totalmente certos: no próprio período fordista do capitalismo, na Idade de Ouro do capitalismo, a crítica ao caráter alienado do trabalho produtivo social era fraca. Depois da queda do socialismo estatal, e a partir do desemprego e da crescente precarização do trabalho, a pergunta pelo sentido do trabalho ficou esquecida. Hoje, as lutas dos trabalhadores pelo trabalho não questionam mais o sentido alienado do trabalho. Porém, a crítica ao trabalho alienado fez parte dos programas dos partidos socialistas e comunistas, e a proposta socialista e comunista estava encaminhada à sua superação, sendo que nem sempre foi realmente a ótica das lutas políticas desses partidos.

§5. Uma proposição central do documento muito controversa é aquela segundo a qual “o trabalho tornou-se um princípio abstrato que domina as relações sociais” (p. 4), daí que, para os autores do texto, “trabalho e capital” sejam considerados dois lados da mesma moeda:

A atividade humana em si, o puro ‘dispêndio de força de trabalho’ sem levar em consideração qualquer conteúdo e independentemente das necessidades e da vontade dos envolvidos tornou-se um princípio abstrato que domina as relações sociais (p. 5).

Esta concepção é um dos eixos centrais da crítica da teoria radical do grupo Krisis, e é oposta à idéia de que o domínio no capitalismo é da classe capitalista. Para eles, o que domina não é uma classe, e sim, um “princípio capitalista abstrato” que submete tanto a classe capitalista como a classe trabalhadora.

Como foi que o trabalho abstrato – resultante da evolução social, e medição universal da participação da força de trabalho na produção industrial – virou um princípio abstrato que domina as relações sociais? O trabalho moderno, segundo Marx em O Capital (Marx, 1867), tem duas propriedades: é criador de valor de uso e de valor. Este último é o que interessa ao capitalista porque só o trabalho, na sua abstração, isto é, qualquer uso de força humana de trabalho na produção industrial capitalista, o trabalho abstrato, cria valor, e especialmente um valor excedente, mais-valia. É desse valor excedente que se apropria o capitalista e é esse valor que possibilita a acumulação do capital. O objetivo das relações sociais de produção no capitalismo é justamente reproduzir essa valorização, e é isso que domina as relações sociais: um mecanismo de reprodução e acumulação de capital. Possivelmente poder-se-ia criar valor sem que esse fosse valor de troca, senão simplesmente valor no sentido de medição de trabalho social. A questão, contudo, é que, no capitalismo, o valor que se cria é valor de troca e interessa ao capitalista, com certeza, porque daí obtém o lucro que acumula, assim como interessa ao trabalhador porque daí consegue o salário que paga a sua força de trabalho. Esse “mecanismo social” domina as relações sociais e submete todos os processos sociais. Isso mesmo foi esclarecido por Marx em O Capital. E mais, o trabalhador na sua vida diária está interessado nele, sem dúvida, pois daí obtém sua subsistência. Só que o trabalhador tem outros interesses possíveis, entre eles, substituir esse mecanismo social do trabalho abstrato capitalista por outro, que é o trabalho social comunista, a livre associação dos produtores para produzir riqueza social, global, sem que seja mercadoria. Nesse caso, o problema central não está no trabalho abstrato, e sim, no complexo processo que leva a substituir a apropriação privada do trabalho social por uma apropriação social. Sendo social a apropriação, o produto não seria já uma mercadoria. A própria “dominação do trabalho

abstrato capitalista” de hoje é substancialmente a mesma coisa que a apropriação privada do trabalho social. A dominação sem sujeito é, por conseguinte, a mesma coisa, igual à dominação com sujeito: a dominação da classe capitalista sobre a classe trabalhadora e sobre o conjunto da sociedade. Certamente, não é uma dominação voluntária e consciente, mas é a dominação de uma classe proprietária sobre outra classe livre dos meios de produção. O objetivo profundo das lutas realmente históricas dos trabalhadores, na modernidade capitalista (ainda que a maioria tenha sido derrotada), não tem sido afiançar o trabalho abstrato, e sim, a luta pela transformação social anticapitalista e pela criação duma sociedade de trabalhadores que recuperassem o valor do trabalho humano, da transformação da natureza, riqueza social a ser apropriada por toda a sociedade.

§6. Quando os autores do Manifesto afirmam que “a esquerda política sempre adorou entusiasticamente o trabalho” (p. 5), eles acertam e erram, ao mesmo tempo. Acertam no sentido de que a esquerda política adorou o trabalho como produtor de riquezas, em contraposição à ociosidade dos donos do capital que se apropriam, pela força ou por mecanismos sociais, dos frutos daqueles que trabalham. E o grupo Krisis erra ao esquecer que uma parte ampla da esquerda política nunca “adorou” o trabalho capitalista como tal; ao contrário, com o movimento inspirado por Marx, fez a crítica radical dele, independentemente dos erros cometidos nas lutas políticas. Os autores do texto escrevem:

Ela (a esquerda) não só elevou o trabalho à essência do homem, mas também o mistificou como pretensão contra-princípio do capital. O escândalo não era o trabalho, mas apenas a sua exploração pelo capital. Por isso, o programa de todos os “partidos dos trabalhadores” foi sempre “libertar o trabalho” e não “libertar-se do trabalho” (p. 5).

O que os autores querem dizer com esse jogo de palavras? Libertar o trabalho (isto é, conquistar o poder político, transformar o Estado pelos trabalhadores e reorganizar a economia no sentido de socialização da propriedade) é o primeiro passo para se libertar do trabalho capitalista. Mas, a pergunta de fundo é: os produtores livremente associados não trabalharão mais? Com certeza a idéia de uma sociedade de produtores livremente associados sem mercado – a sociedade da utopia comunista – contém a idéia de se libertar do trabalho, mas não do trabalho em geral, senão do trabalho capitalista. Por que os autores do Manifesto insistem em não diferenciar trabalho de trabalho capitalista, e de trabalho comunista ou comunitarista?

O texto continua:

A oposição social entre capital e trabalho é apenas uma oposição de interesses diferenciados internamente ao fim em si mesmo capitalista. A luta de classes era a forma de execução desses interesses antagônicos no seio do fundamento social comum do sistema produtor de mercadorias. Ela pertencia à dinâmica interna da valorização do capital. Se se tratava de luta por salários, direitos, condições de trabalho ou postos de trabalho, o presuposto cego continuava sempre sendo a roda viva dominante com seus princípios irracionais. Tanto do ponto de vista do trabalho quanto do capital, pouco importa o conteúdo qualitativo da produção. O que interessa é apenas a possibilidade de vender de forma otimizada a força de trabalho (p. 5).

O que aqui podemos dizer é que os autores dão as costas à história política dos últimos 200 anos: supõem que a única luta dos trabalhadores foi a luta sindical e ignoram dois séculos de lutas políticas e de lutas de orientação anticapitalista. Não podemos pressupor ignorância. É intencional o menosprezo de lutas sociais que expressaram suor e lágrimas – e vidas – de milhões de trabalhadores. E tudo para que? Para abrir passo a um *status quo* permanente (o fim

da história, de Fukuyama?), o que faz parte do raciocínio central do Manifesto: para o grupo Krisis, não existe um antagonismo social entre trabalho e capital, nem a luta de classes; daí, não tem sentido a luta dos trabalhadores, da classe trabalhadora, pela transformação revolucionária da sociedade:

Da mesma forma que a classe trabalhadora como tal (sic) não era a contradição antagônica ao capital e o sujeito da emancipação humana, tampouco os capitalistas e executivos dirigem a sociedade seguindo a maldade de uma vontade subjetiva de explorador (p. 5).

Do raciocínio dos autores não se pode deduzir que, para eles, a classe trabalhadora possa diferenciar-se entre um grupo social produtivo (a classe “como tal”) e uma classe com capacidade política, intelectual e cultural (hegemônica). No texto, o sentido da expressão “como tal” não quer dizer isso; quer dizer, sim, que a classe trabalhadora não tem características especiais na sociedade que façam dela uma classe com potencialidade de transformação social. E mais, para eles, essa classe não é (nem pode chegar a ser) o sujeito da emancipação humana. O sujeito da emancipação humana, segundo os autores do Manifesto, são os indivíduos ou grupos conscientes do fim da sociedade do trabalho, que, pela crítica ao trabalho abstrato, poderão criar novas realidades econômicas, alternativas. Eis uma posição política teórica que não tem caminho certo, mas revela muito desencantamento com o papel histórico político jogado pelas classes trabalhadoras no Ocidente. Todavia, não seria melhor seguir o caminho sugerido pelo grande pensador Antonio Gramsci, nos escritos do Cárcere, e estudar, com profundidade, as características sócio-culturais e políticas das classes trabalhadoras, para entender suas dificuldades de passarem a ser classes revolucionárias e classes hegemônicas e se converterem em “sujeitos da emancipação humana”? É melhor explicar a situação de aliena-

ção, exploração, pobreza e exclusão das grandes maiorias pelo domínio do princípio do trabalho abstrato que pelas leis de apropriação privada do trabalho social e pela rapacidade das elites financeiras e políticas dirigentes da mundialização do capital?

§7. Com uma sentença geral que identifica o socialismo real com a sociedade de trabalho, o Manifesto deixa de lado a complexidade da experiência dos socialismos de Estado do século XX, dos seus acertos e erros; do problema do domínio das burocracias do Estado e do partido de Estado sobre os trabalhadores; da criação de economias estatais autoritárias e da sua incapacidade para criar sociedades de trabalhadores livres encaminhadas à emancipação humana. Sobre essa grandiosa experiência, se diz que esse movimento simplesmente

(...) não lutou mais contra a impertinência do trabalho, mas desenvolveu uma verdadeira hiperidentificação com o aparentemente inevitável. Ele só visava a direitos e melhoramentos internos à sociedade do trabalho, cujas coerções já tinha amplamente interiorizado (...) ele mesmo assumiu o ponto de vista do trabalho e compreendeu a valorização como um fato positivo e neutro (p. 7).

§8. O eixo das teses do Manifesto é a crise do trabalho no contexto da sua visão da contradição principal do modo de produção capitalista: a contradição crescente, que alcança hoje um limite absoluto, entre o trabalho morto e o trabalho vivo, com o fim inevitável deste último. Nesse sentido se diz que

(...) o capitalismo torna-se espetáculo global para minorias. Em busca de sobras para alimentar o trabalho, o capital dinamita os limites da economia nacional e se globaliza numa concorrência nômade de repressão (p. 8).

Nestes termos, se ignora que o capitalismo se mundializa, se apropriando dos outros

modos de produção e acumulação e que precarização e informalidade não quer dizer exclusão do capitalismo.

§9. Para os autores, o fim do trabalho torna-se o fim da política. A parte do texto que tem a ver com a crise do Estado e o fim da política é a mais fraca do Manifesto. Eis uma notável redução pós-moderna (e já velha conhecida nos inícios do século XX) da política e da sociedade à economia. Toda a imensa complexidade do Estado e da política modernos, tanto o que tem a ver com os aparelhos institucionais de administração, governo, repressão e mediação política do governo e da sociedade política, como a complexidade da sociedade civil, isto é, o Estado ampliado de Gramsci, são desmanchados no ar pela constatação de que o Estado democrático encontra-se em calamidade financeira pela centralização dos capitais, pelo suposto esgotamento da valorização, pela transnacionalização que permite a mobilidade internacional dos capitais, e pelo crescente desemprego de massas, que secam as rendas estatais provenientes dos impostos sobre os lucros empresariais e os rendimentos dos trabalhadores. Acredito que é impossível fechar os olhos perante a crise financeira do Estado, tanto nos países de capitalismo avançado como na América Latina. A mesma limita, extraordinariamente, os recursos públicos para políticas institucionais como as do velho Estado de Bem Estar (educação, saúde, moradia, emprego, infraestruturas, etc.); porém, tal crise financeira não tem impedido que os Estados destinem todas as suas possibilidades de coerção e enormes somas a financiar a acumulação do capital transnacionalizado, tanto na União Européia, no NAFTA, como nos países do atual Mercosul, especialmente Brasil, como diz o pesquisador Francisco de Oliveira com o conceito de via passiva brasileira (De Oliveira, 2003). Mas, deduzir da crise financeira do Estado o fim do próprio Estado e da política, é demais. Que restaria de tudo isto? Somente os aparelhos de repressão e controle social direto? Se for o caso,

até seria melhor para os trabalhadores, pois estariam liberados da alienação estatal; porém, por desgraça, todo o imenso edifício de construções políticas e ideológicas do Estado vai fazer parte dos mecanismos de dominação e hegemonia das classes dominantes, até que um movimento político das classes subalternas adquira capacidade de os substituir por uma sociedade auto-organizada e auto-regulada.

Os autores do Manifesto também dizem que a luta democrática, a política e o Estado estão esgotados, na medida em que “política é em sua essência uma ação relacionada ao Estado que se torna, sob as condições de desestatização, sem objeto” (p. 8). Qual será a “desestatização” de que falam os autores: aquela que se expressa no Estado mínimo e aquela que surge pela crise fiscal? A desestatização promovida pelas políticas neoliberais no campo econômico e social é mais ideológica que verdadeira. Contudo, não tem acontecido nenhuma desestatização, sem embargo, no campo político e é um verdadeiro reducionismo economicista falar de desestatização em geral e ignorar tudo o que tem a ver com a vitalidade das instituições, aparelhos e mediações do Estado e da sociedade civil (as *mass Media*, as organizações e movimentos sociais, as lutas por direitos cidadãos). Justamente o que tem acontecido com o Estado no Ocidente não tem sido uma “desestatização”, e sim, um fortalecimento institucional e político eleitoral, inédito, do Estado através de uma maior democratização eleitoral, da recuperação institucional, da ampliação relativa dos direitos cidadãos e dos direitos humanos, políticos e eleitorais, ainda que, no fundo, seja uma ilusão de participação, uma ampliação do Estado que tira capacidade de decisão e participação dos trabalhadores na política econômica. Falar de desestatização em geral é um erro de análise e, muito mais, se se fala do fim da política como atividade relacionada com o Estado.

A fórmula da democracia esquerdista da “configuração política” das circunstâncias torna-se, dia após dia, mais ridícula. Fora a

repressão infinita, a destruição da civilização e o auxílio ao “terror da economia”, não há mais nada a “configurar”. Como o fim em si mesmo da sociedade do trabalho é o pressuposto axiomático da democracia política, não pode haver nenhuma regulação política democrática para a crise do trabalho. O fim do trabalho torna-se o fim da política (p. 8).

Será que realmente não há mais nada a “configurar”? O processo de vazamento da democracia ocidental pelo controle autoritário crescente das decisões políticas, pelos poderes executivos e os gabinetes econômicos não levaria a esquecer o movimento inverso: a reconquista crescente da democracia pelos movimentos cidadãos, pelos movimentos sociais e até pelos movimentos políticos. Neste atormentado início de século, com a invasão do Iraque pelos Estados Unidos, ficou claro que no Ocidente o Estado, tanto no plano internacional como no plano interno, está sendo, cada vez mais, um Estado autoritário e repressor; porém, nunca antes se viu uma expressão social de resistência e mobilização política contra o Estado imperialista como nestes tempos. Sem dúvida, só o desenvolvimento dessa tendência a uma maior politização das massas poderá parar as políticas de autoritarismo e a aberta repressão dos Estados. Não será a “antipolítica”, e sim, um muito maior desenvolvimento da política, com grande inclusão das massas, que poderá mudar este estado de coisas. O que é a antipolítica proposta pelo grupo Krisis? Um abandono total do Estado nas mãos das elites dominantes cujo comportamento é, cada dia mais, *fascistóide*. Em contrapartida, os movimentos de trabalhadores e os movimentos cidadãos têm para configurar na política (isto é, na sociedade política e na sociedade civil) uma verdadeira resistência ao domínio brutal do capital financeiro, e uma luta para desenvolver a atual tendência a uma maior ação política contra os Estados imperiais e para transformar os Estados dominados pelo grande capital transnacional.

O erro dos autores do Manifesto está em unilateralizar e em absolutizar tendências reais – que, inclusive, eles descobrem com grande lucidez – como se fossem fatos já terminados, acabados e irreversíveis:

O Estado democrático, transformado num sistema de apartheid, não tem mais nada a oferecer a seus ex-cidadãos de trabalho além da simulação repressiva do trabalho, sob formas de trabalho coercitivo e barato, com redução de todos os benefícios. Num momento mais avançado (sic) o Estado desmorona totalmente. O aparelho de Estado asselvaja-se sob a forma de uma cleptocracia corrupta; os militares, sob a de um bando bélico mafioso; e a polícia sob a de assaltante de estradas.

Esse desenvolvimento não pode ser parado através de qualquer política do mundo e ainda menos ser revertido...(p. 8).

Qual é, então, a opção, segundo os autores do Manifesto, para se libertar deste estado de coisas? A antipolítica!

Quando o fim do trabalho é o fim da política, um movimento político para a superação do trabalho seria uma contradição em si. Os inimigos do trabalho dirigem reivindicações ao Estado, mas não formam nenhum partido político, nem nunca formarão. A finalidade da política só pode ser a conquista do aparelho do Estado para dar continuidade à sociedade do trabalho. Os inimigos do trabalho, por isso, não querem ocupar os painéis de controle do poder, mas sim desligá-los. A sua luta não é política, mas antipolítica...

Auto-organização e autodeterminação são simplesmente o exato oposto de Estado e política. A conquista de espaços livres socioeconômicos e culturais não se realiza através do desvio, nem na via oficial, nem no extraviado da política, mas através da constituição de uma contra-sociedade (...). Organizar as relações sociais sob direção própria sem a interferência de aparelhos alienados. Nesse sentido, aos inimigos do trabalho interessa encontrar novas formas

de movimentos sociais e ocupar pontos estratégicos para a reprodução da vida para além do trabalho. Trata-se de juntar as formas de uma práxis de oposição social com a recusa ofensiva do trabalho (p.12).

Vejamos alguns argumentos. Primeiro, os inimigos do trabalho dirigem reivindicações ao Estado. Será isso antipolítica? Para que dirigem reivindicações a um Estado que, segundo eles mesmos, não se pode configurar? Segundo, não formam nenhum partido político nem nunca formarão. Criar um movimento social para juntar as formas de uma práxis de oposição social com a recusa ofensiva do trabalho, não seria a constituição de um partido político, não no sentido formal, e sim, essencial da noção, só que não aparece como tal nos parâmetros formais dos aparelhos institucionais? Terceiro, será que a política não pode ter opções de transformação social profunda, a não ser a continuidade capitalista? Quarto, por que auto-organização e autodeterminação são simplesmente o exato oposto de Estado e política? Uma política de mudança radical da sociedade civil pela via da auto-organização e da autodeterminação é uma contraposição “política” ao Estado e à política dominantes, na medida em que entendamos que o Estado não é somente a sociedade política institucional, senão também a hegemonia dos grupos dominantes na sociedade civil. Faz parte da luta por uma outra hegemonia civil dos trabalhadores. Nesse sentido, é uma luta dentro do Estado ampliado para transformar o Estado. Quinto, qual o sentido da conquista de espaços livres sócio-econômicos e culturais atra-

vés da constituição de uma contra-sociedade? Cada um pode imaginar que dentro das quatro paredes da sua casa (ou de sua quadra ou bairro) está constituindo uma contra-sociedade com espaços livres sócio-econômicos e culturais, mas isso realmente não é antipolítica; é a política do avestruz que esconde a cabeça no solo para imaginar que o perigo, fora, deixou de existir: Fourier, Owen e Saint Simon também acreditavam na constituição de “contra sociedades” com espaços livres sócio-econômicos e culturais e suas tentativas, por desgraça, só foram anedotas da história.

### Referências Bibliográficas

- Grupo Krisis (2003). “Manifesto contra o trabalho”. *Journal da Crítica Radical: Assim caminha a humanidade e a morte do capitalismo*. Edição especial, Fortaleza-CE, 30 de abril de 2003.
- Chesnais, François (1996). *A mundialização do capital*. Brasil, Ed. Xama.
- De Oliveira, Francisco (2003). “O enigma de Lula, ruptura ou continuidade”, em *Revista Margem Esquerda*, n. 1, Brasil.
- Marx, Karl (1867). *O Capital*. Tomo I. México: Fondo de Cultura Económica, cap. 1 e cap. XXVI.
- Oliver Costilla, Lucio Fernando (1997). “O Estado perante a mundialização do capital”. *Revista de Ciências Sociais*, v. 28, n. 1/2. Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Centro de Humanidades/UFC. Fortaleza.
- Sotelo, Adrián (2003). *La reestructuración del mundo del trabajo. Superexplotación y nuevos paradigmas de la organización del trabajo*. México: ITACA-Universidad Obrera.